

118ª Reunião CTPOAR
e
Reunião Conjunta CTPNRH e CTPOAR

RESUMO E ENCAMINHAMENTOS

Data 31/01/2018 (período da tarde) - Reunião conjunta CTPNRH/CTPOAR:

A Sra. Jussara Cabral (ABRH) deu início à reunião conjunta, solicitando uma rodada de apresentação pelos presentes. Após, passou-se ao Item 01.

Item 01 – Discussões sobre a proposta de Resolução sobre prioridades para outorga de direito de uso dos recursos hídricos: O Sr. Antônio Miranda (SRHQ/MMA) informou que chegaram algumas sugestões de correções/adequações no texto da minuta de Resolução. O Sr. Gonzalo (ANA) apresentou uma contextualização/histórico dos trabalhos do GT que discutiu a minuta, desde a chegada da demanda para o CNRH, incluindo a oficina de trabalho realizada em meados de 2017. Informou que a construção da minuta de resolução se iniciou em outubro de 2017, sendo que ocorreram as reuniões presenciais e uma Oficina de Trabalho, bem como três videoconferências com a participação dos integrantes do GT para a construção da proposta de Resolução. A Sra. Jussara (ABRH) colocou a importância das reuniões e videoconferências para se consolidarem conceitos importantes para a questão da priorização de outorgas. Passou à leitura da minuta de Resolução (v2.3) encaminhada pelo GT Prioridades para outorgas, sendo que as sugestões e destaques, inclusive as encaminhadas por e-mail, seriam analisadas na sequência. O Sr. Luiz Henrique (ANA) enfatizou que na avaliação final pelas duas CTs, é importante se considerar os trabalhos intensos que já ocorreram no GT, apesar que ele tem impressão de que a minuta apresentada ainda pode ser trabalhada de forma a ficar um pouco mais sucinta. O Sr. Wilson Azevedo (Pescadores e Turismo) sugeriu e se dispôs a redigir um “considerando” sobre a gestão descentralizada e participativa. Ao longo da discussão, foram colocadas diversas sugestões de alteração pontual no texto, sem modificação da essência, mas apenas para melhoria na redação. A maioria dos presentes concordou com a retirada do Art. 5º. O Sr. Gonzalo (ANA) colocou o encaminhamento de que outras contribuições poderão ser encaminhadas por e-mail desde que não modifique a essência da proposta, e ficou de elaborar o Parecer que acompanhará a proposta a ser submetida à CTIL. A maioria dos presentes também concordou, registrada uma abstenção pelo representante do CERH-SP e um voto contrário pelo representante da ANA, considerando que a proposta não foi suficientemente discutida na CTPOAR. **NOTA:** As alterações no texto podem ser verificadas no arquivo disponível no portal do CNRH junto aos demais documentos da reunião.

Item 02 – Informe sobre minuta de Moção sobre reservatórios: a Moção não foi discutida nesta reunião, mas o Sr. Gonzalo (ANA) colocou também sobre a importância da

continuidade do GT Prioridades no sentido de trabalhar na proposta de Moção sobre reservação, encaminhada pelos representantes do MME, endossada pelo representante dos Irrigantes. Assim, o assunto ficou de ser aprofundado no âmbito do GT Prioridades, caso a continuidade de suas atividades seja aprovada pelo CNRH. Por fim, a CTPOAR concordou com a inclusão da discussão da proposta de Resolução sobre áreas de restrição de uso, encaminhada pela Sra. Maria Aparecida Vargas (ABRAGEL), a qual será encaminhada para a Plenária do CNRH junto com o Parecer da minuta de Resolução Prioridades para Outorga, para que o Conselho possa definir o âmbito em que a mesma será discutida.

Data 01/02/2018 (09 às 17h)

Item 03 - Abertura e Informes Gerais: O Sr. Luiz Henrique (ANA) informou que o Presidente da CTPOAR não poderá comparecer à reunião e que solicitou apoio ao representante da ANA para que conduzisse os trabalhos, tarefa que foi aceita por ele, que abriu a reunião no dia 1º, solicitando uma rodada de apresentação pelos presentes. Em seguida, apresentou um informe sobre a aprovação da proposta de Resolução sobre prioridades para outorga, ocorrida no dia anterior, atentando que a proposta ainda carece de discussões mais aprofundadas, considerando que a CTPOAR não teve participação tão ampla na construção da proposta. O Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP) reiterou que ficou confuso quanto à forma de condução da reunião no dia anterior, também considerando que a proposta de Resolução sobre prioridades para outorga necessitava de maior discussão, e que por isso se absteve na votação realizada no dia anterior. O Sr. Luiz Henrique (ANA) colocou a importância de se registrar essas questões no Parecer Técnico que acompanhará a proposta. A Sra. Célia Poeta (CERH-SP) corroborou com as observações colocadas, salientando a importância de se registrar essas informações no Parecer. A Sra. Camila de Souza (ABRAGE) informou que essa pauta já foi discutida na reunião conjunta do dia anterior sendo submetida à votação e obtendo a aprovação das duas Câmaras Técnicas (CTPNRH e CTPAR). O Sr. Alexandre (Indústrias) lembrou que as observações feitas naquele momento já ocorreram no dia anterior e que, naturalmente, constarão na contextualização do Parecer Técnico, sem prejuízos ao processo. Não houve votação no dia 01 para inclusão destas informações pedidas pelo Sr. Luiz Henrique (ANA) no Parecer Técnico que será realizado pelo Sr. Gonzalo Fernandes (ANA) e enviado posteriormente para análise pelas Câmaras Técnicas.

- Informe sobre a proposta de Resolução encaminhada pela ANA que regulamenta a criação de recursos hídricos de proteção especial, integrante do Projeto Legado: O Sr. Luiz Henrique (ANA) fez a leitura da proposta de Resolução e abriu para as considerações dos presentes. O Sr. João Clímaco (FONASC-CBH) colocou que a proposta é de interesse de seu segmento, que pretende apoiar o desenvolvimento da proposta, constando que em reunião com o Secretário Executivo do CNRH, já manifestaram seu apoio, e que observa a necessidade de maior aprofundamento na parte da legislação em relação aos territórios. Em seguida o Sr. Luiz Henrique (ANA) perguntou se a CTPOAR concorda com a internalização do assunto na Câmara Técnica, e qual é o nível de participação da CTPOAR no GT Prioridade para outorgas, e se a Câmara entende sobre a pertinência de manutenção das atividades do GT.

Item 04 - Aprovação da Ata da 117ª reunião da CTPOAR: Após pequenos ajustes de texto sugeridos pelo Sr. João Carlos e pelo Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP), a ata foi aprovada pelos presentes.

Item 05 - Eleição para a presidência da CTPOAR para 2018, nos termos do Art. 28 do Regimento Interno do CNRH: O Sr. Luiz Henrique (ANA) informou sobre o contato com o atual presidente da CTPOAR, Sr. Thiago Santana (CERH-MG), o qual justificou sua ausência e solicitou apoio ao representante da ANA para a condução da reunião. Informou que o Sr. Thiago Santana (CERH-MG) manifestou interesse em uma possível recondução ao cargo. O Sr. Antônio Miranda (SRHQ/MMA) abriu para a manifestação dos presentes quanto ao interesse em se candidatarem à presidência. Não houveram interessados, abrindo-se para votação quanto à recondução do atual presidente, a qual contou com aprovação unânime.

Item 06 - Discussão da proposta de revisão da Resolução CNRH nº 16/2001, considerando os temas prioritários que serão tratados, bem como a proposta de Seminário/Oficina de Trabalho para coleta de subsídios e contribuições à Resolução: O Sr. Luiz Henrique (ANA) informou sobre os levantamentos das Resoluções pertinentes, realizadas por ele e pelo Sr. Thiago Santana (CERH-MG). Lembrou e reiterou a importância de se trabalhar em uma oficina de trabalho que conte com a participação especialmente dos representantes dos órgãos gestores estaduais, para coleta de subsídios técnicos para a revisão da Resolução n. 16/2001. Relembrou também da solicitação de postergação do prazo da meta do PNRH 2016-2020 (Resolução CNRH n. 181/2016) específica sobre a revisão da Resolução n. 16/2001. O Sr. Antônio Miranda (SRHQ/MMA) complementou que tal solicitação ocorreu em uma reunião com a participação dos presidentes das Câmaras Técnicas com metas no PNRH, quando o presidente da CTPOAR sugeriu a postergação do prazo desta meta para dezembro de 2019, a qual originalmente era estabelecida na Resolução 181/2016 para dezembro de 2018. A Sec. Executiva ficou de confirmar esse prazo na ata da reunião da CTPNRH que formalizou as demandas de ajustes nos prazos para cumprimento das metas do PNRH 2016-2020. O Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP) questionou sobre a motivação que levou ao estabelecimento daquela meta de revisão da Resolução n. 16/2001. O Sr. João Clímaco (FONASC-CBH) colocou que a motivação está na necessidade da revisão dos procedimentos de forma geral. O Sr. Antônio Miranda (SRHQ/MMA) esclareceu que a motivação está relacionada às demandas que chegaram, sobre outorgas sazonais e coletivas, no processo de revisão das prioridades do PNRH 2016-2020. O Sr. Luiz Henrique (ANA), propôs uma leitura da Resolução n. 16/2001 e a discussão sobre uma proposta de plano de trabalho para o processo revisão, incluindo a Oficina de Trabalho, observando que a revisão da Resolução naquele momento fica comprometida devido a baixa participação dos representantes dos órgãos gestores estaduais naquela reunião. Optou-se pela leitura geral da Resolução n. 16/2001 e a elaboração de perguntas a serem respondidas na Oficina. O Sr. Luiz Cláudio (Mineração) informou que foi o relator da Resolução n. 16/2001 na época de sua concepção. Durante a leitura conjunta da Resolução, o Sr. Luiz Henrique (ANA) lembrou que o tema abordado no § 4º do Art. 1º é objeto da Resolução sobre gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas, a qual foi finalizada conjuntamente entre a CTPOAR e CTAS, podendo este parágrafo passar por uma atualização em função da gestão integrada. Devido à manifestação dos presentes, entendeu-se que o Art. 3º deverá ser alvo de revisão (talvez uma das questões a serem respondidas na Oficina de Trabalho). O Sr. Luiz Henrique (ANA) também observou que o Inciso I do Art. 5º, já foi regulamentado por dois Estados, os quais poderão ser convidados para apresentarem na Oficina. Já os Incisos II e III do mesmo artigo já foram regulamentados pelo CNRH, por meio da Resolução CNRH n. 184/2016, elaborada no âmbito da CTPOAR. Comentou que o Art. 6º não está considerando explicitamente a

integração entre os procedimentos de outorga e licenciamento ambiental, sendo necessária maior discussão sobre este aspecto. O Sr. Luiz Cláudio (Mineração) considerou que o Art. 7º, assim como o Art. 6º, podem ser revisados no sentido de compatibilizar com os prazos e procedimentos de licenciamento ambiental. A Sra. Célia (CERH-SP) lembrou que essa compatibilização já está estabelecida na Resolução CNRH n. 65/2006. O Sr. Antônio Miranda (SRHQ/MMA) sugeriu de convidar representantes dos órgãos licenciadores para apresentarem sobre suas dificuldades e expectativas para a emissão de licenças ambientais, e assim tentar estabelecer um fluxo de informações mais apropriada entre órgãos gestores de recursos hídricos e órgãos licenciadores valendo também uma releitura da Resolução CNRH n. 65/2006. O Sr. Luiz Henrique (ANA) lembrou também que o § 3º do Art. 7º foi tratado na proposta de Resolução sobre prioridades para outorga, aprovada na reunião conjunta do dia anterior. No § 2º do Art. 11 também comentou que a ANA, em sua regulamentação interna, acrescentou que a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH emitida pela Agência se dará apenas em rios de domínio da União, para se evitar que os estados se eximem dessa responsabilidade nos rios de domínio estadual. Ainda sobre o Art. 11, o Sr. João Clímaco (FONASC-CBH) sugeriu que se discutisse a questão das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs deveria ser discutida com maior profundidade, avaliando-se a interferência destes empreendimentos nas bacias como um todo para embasar melhor os processos de licenciamento e outorga. O Sr. João Carlos (MME) se dispôs a contatar a ANEEL para uma possível apresentação sobre aquela questão, talvez na Oficina. O Art. 12 cita as prioridades de “uso” estabelecidas nos Planos, conforme ressaltou o Sr. Luiz Henrique (ANA) em função da Resolução sobre prioridade de outorga aprovada no dia anterior. Lembrou também que o § 2º deste artigo está regulamentado pela Resolução CNRH n. 140/2012, que tem relação também com o Art. 15. No Art. 16, comentou que no Inciso II pode ser readequado de forma a ficar mais conciso. O Sr. Luiz Fernando (CERH-SP) comentou que o Estado de São Paulo ajustou o Parágrafo único do Art. 16 no sentido de considerar os profissionais “devidamente habilitados”, para deixar de vincular ao registro no CREA. Quanto ao Art. 18, o Sr. Luiz Carlos (Mineração) considerou necessidade de revisão do prazo de três meses, deixando a definição deste prazo a critério da autoridade outorgante. O Sr. Luiz Henrique (ANA) registrou que o Art. 21 foi amplamente discutido na elaboração da Resolução CNRH n. 184/2016 sobre usos insignificantes (independentes de outorga), principalmente em relação ao cadastro dos usos de pouca expressão. Sobre o Art. 23, comentou que existe um decreto recente que estabelece que o poder público deve buscar as informações quando disponíveis.

Item 07 - Encaminhamento dos trabalhos / Encerramento: Na construção preliminar da oficina, decidiu-se que ocorrerá em 1,5 dias, sendo um período (1º) para as apresentações, e os dois para as discussões/trabalhos em grupo, devido à necessidade de reunião conjunta. Indicativo de ocorrer dia 08 e 09 de maio, devendo-se confirmar posteriormente pela Sec. Executiva (troca de e-mails com os membros da CTPOAR). O Sr. João Clímaco (FONASC-CBH) fez um informe sobre o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), que ocorrerá na UnB, na mesma semana do 8º Fórum Mundial da Água. O Sr. Luiz Fernando (CERH-SP) informou que no próximo dia 05/02 o sistema eletrônico para outorgas do Estado de São Paulo entrará em funcionamento. Por fim, o Sr. Luiz Henrique (ANA) agradeceu a presença e a rica colaboração pelos presentes.